Data: 17-02-2019

Título: Modelo de regionalização deve evitar aparecimento de nova elite política regional - politólogo

Pub: dn.pt

Tipo: Internet Secção: Nacional

Modelo de regionalização deve evitar aparecimento de nova elite política regional - politólogo

Uma regionalização será útil para que unidades pequenas como os municípios ganhem escala com o objetivo de melhorar a gestão do território, mas deve evitar o aparecimento de uma nova elite política regional, defendeu o politólogo António Costa Pinto.

Lusa

17 Fevereiro 2019 — 10:44

O professor de Ciência Política do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa considerou que Portugal é pequeno e tem identidades regionais fracas, o que não tem contribuído para pressionar a classe política a empenhar-se na regionalização.

"Não é por acaso que as regiões, dotadas de autonomia e de legitimidade, predominam em dois tipos de democracias: naquelas que têm identidades étnico-culturais muito fortes e nas unidades democráticas de grande extensão territorial. Ora, Portugal é pequeno e tem identidades regionais fracas, [existindo apenas] alguma pressão identitária da região Norte do país", salientou, em declarações à Lusa.

O especialista considerou que a regionalização em Portugal corresponderia "mais a uma necessidade tecnocrata administrativa de melhorar a gestão do território", permitindo aos municípios ganharem escala perante uma União Europeia onde há uma tradição regionalista na administração dos fundos.

Para o docente, "o que será determinante em termos de clivagens políticas" não será a transferência de "alguns poderes para unidades regionais, mas a criação de novos órgãos regionais e a criação de uma elite política regional", o que levanta "uma desconfiança legítima".

"O grande problema será que, no fundo, vamos acrescentar mais elementos a uma classe política que tem sofrido um grande desgaste em termos da opinião pública que, como é sabido, tem fortes sentimentos anti-partidos e anti-eleitos", disse.

Nesse sentido, "os proponentes de regionalização terão sobretudo de apresentar modelos que não sejam propícios à criação de classes políticas regionais ou mesmo de identidades regionais, porque elas são artificiais na sociedade portuguesa. Não existem ou existem a uma escala muito mais pequena do que noutros países europeus", considerou.

Apesar de o tema ter ressurgido recentemente, Costa Pinto considerou que a discussão ficará para depois das próximas eleições, já que "os anos eleitorais não são anos propícios a este tipo de debate, porque são anos em que os partidos políticos têm uma natural

ID: 6385459

tendência a uma grande demarcação uns dos outros e não estão propícios a um compromisso".

O especialista salientou ainda que, desde a rejeição da regionalização em referendo, em 1998, se tem "progredido muito", porque "os sucessivos Governos foram optando por dinâmicas de descentralização", com a criação de entidades como as áreas metropolitanas ou as comissões de coordenação regional, que "são instituições sem uma grande legitimidade democrática".

"Têm-se criado, camada sobre camada, instituições político-administrativas já de natureza pré-regional. [...] A opção que se tomou, com a rejeição da regionalização, foi 'semi-fazê-la' com estes organismos", disse.

"O grande salto, e esse é um salto qualitativo, é dar legitimidade eleitoral e democrática a essas unidades, que passam a ser unidades políticas", acrescentou.

ID: 6385459